



INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 006/2022, de 30 de novembro de 2022.

“Dispõe sobre a inexigibilidade da destinação de área institucional e área verde em empreendimentos onde não haja parcelamento de solo”.

A Secretária de Planejamento e Gestão Orçamentária (SPU),

Considerando a Lei Orgânica do Município de Balneário Camboriú, em seu Artigo 82, inciso II, que diz: “Além das atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários, Diretores e chefes: II - expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos”;

Considerando a Lei Municipal n.º 2.798, de 29 de fevereiro de 2.008, no seu Anexo “C” - Atribuições dos cargos criados de provimento em comissão da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, constantes do Anexo I da Lei 1.068, de 01 de julho de 1991, no qual indica a atribuição do Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, dentre outras: “6) Exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento, na esfera de suas atribuições”;

Considerando a Lei Municipal n.º 1.069, de 09 de julho de 1991, que “Dispõe sobre o Estatuto e o Plano de Carreira dos Funcionários Públicos Cíveis da Administração Direta, Fundacional e Autárquica do Município de Balneário Camboriú, e dá outras providências.”, em seu Artigo 195, incisos I, II, III e V, no qual indica que “São deveres do funcionário: Preservar os princípios, ideais e fins do serviço público; Executar as atribuições inerentes ao cargo; Promover a exatidão Administrativa; Manter espírito de cooperação, solidariedade, urbanidade e discrição”;

Considerando a Lei Federal Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, o art. 1.331, §2º, do Código Civil, o art. 3º da Lei n.º 4.591/1964 e o art. 2º, VII, da Lei Estadual n.º 17.492/2018;

Considerando o parecer exarado pelo Procurador Municipal, Dr. Daniel Brose Herzmann no Memorando 39.263/2022,

Considerando a necessidade de segurança jurídica e entendimento claro sobre a exigibilidade da obrigação de destinação de áreas verdes e institucionais por força do que dispõe o art. 16, III, da Lei Municipal n.º 2.794/2008.

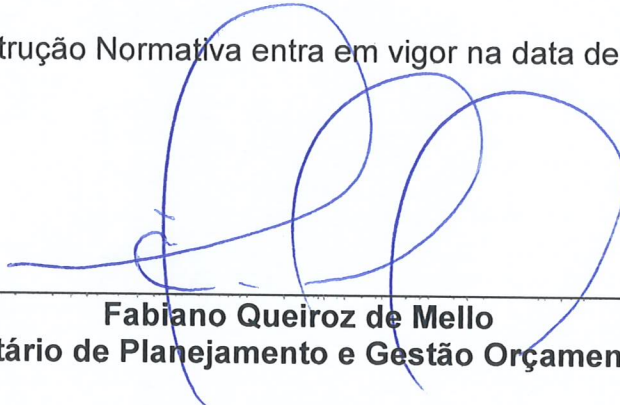
INSTRUÍ:

Art. 1º A exigibilidade da obrigação de destinação de áreas verdes e institucionais por força do que dispõe o art. 16, III, da Lei Municipal n.º 2.794/2008, somente se aplica em casos onde haja parcelamento de solo.

Parágrafo único – Somente são considerados Parcelamento de Solo os casos de Loteamento e Desmembramento.

Art. 2º Em empreendimentos incorporados pela Lei Nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, onde não ocorra Parcelamento do Solo não será exigida a destinação de áreas verdes e institucionais por força do que dispõe o art. 16, III, da Lei Municipal n.º 2.794/2008, uma vez que na Incorporação o Solo é indivisível, cabendo a cada unidade imobiliária, como parte inseparável, uma fração ideal no solo e nas outras partes comuns, que será identificada em forma decimal ou ordinária no instrumento de instituição do condomínio.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.



Fabiano Queiroz de Mello
Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária